

EJA PARA ALÉM DO ANALFABETISMO: MUDANÇAS ESTRUTURAIS

EJA BEYOND ILLITERACY: STRUCTURAL CHANGES

Data de entrega dos originais à redação em: 30/06/2015
e recebido para diagramação em: 14/12/2015.

Maria Olivia Nunes dos Santos Dopico ¹

O trabalho na sociedade capitalista é um imperativo e no caso brasileiro assume características de urgência quando nele se incorpora a discussão do fenômeno da inclusão prematura do estudante no mundo do trabalho. Desse contexto surge à especificidade do jovem adulto trabalhador: sua identidade é moldada pela experiência de ser trabalhador e pelo acúmulo de saberes de senso comum. Este artigo tem o objetivo principal enfatizar a complexidade da reestruturação produtiva proposta na atualidade e mais especificamente sua relação ao acesso à escolarização de jovens e adultos na perspectiva de atender as necessidades do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. A metodologia utilizada parte da perspectiva da submissão dos trabalhadores que inseridos na estrutura produtiva geram mudanças sociais dos jovens e adultos (Estado ampliado e disputa pela manutenção da hegemonia). O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica vinculadas aos grupos de pesquisas sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA), da legislação e das estatísticas oficiais. Nesse trabalho constatou-se que as políticas públicas educacionais recentes têm avançado na geração de oportunidades de escolarização para os jovens e adultos, mas evidenciam também as contradições do Estado que produz as condições para nova dinâmica social, mas que não desvela as incoerências sociais da realidade dos trabalhadores.

Palavras-chave: EJA. Flexibilização do Trabalho. Educação. Analfabetismo Funcional.

Work in capitalist societies is a must and is especially urgent in Brazil when it refers to the premature inclusion of students the world of work. In this context, the specificity of the young adult worker arises through his/her identity being shaped by the experience of being a worker and the common sense knowledge accumulation. This article aims to emphasize the complexity of the restructuring process proposed currently and more specifically its relationship to access to education for youth and adults related to the current stage of capitalism development. The methodology is based on the fact that the workers inserted in the productive structure generate social change for young people and adults (expanded State and struggle for hegemony maintenance). The study was developed through bibliographic research linked to research groups on Youth and Adult Education (EJA), legislation and official statistics. In this study it was found that the recent educational policies have advanced in the generation of educational opportunities for young people and adults, but results also show State contradictions that produce new social dynamics, but that does not reveal the social inconsistencies of the workers' reality.

Key-words: Education for youth and adults. Work's flexibility. Education. Functional illiteracy.

1 INTRODUÇÃO

A escolarização é tema de estudo pela necessidade de maior acesso da população para tornar-se economicamente ativa, requisito fundamental no sistema capitalista. Esse movimento transforma a instituição escolar como preparadora de mão de obra (DI PIERRO, 2008) e a produção científica demonstra que predomina a identificação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com educação alfabetizadora.

Após tal constatação buscou-se refletir além da alfabetização ao relacionar as políticas destinadas a EJA com as conjunturas econômicas, dando ênfase a partir da V Conferência Internacional de Jovens e Adultos (CONFITEA) realizada em Hamburgo/Alemanha¹.

¹ Sempre que for utilizada a sigla CONFITEA, entenda-se a seguinte referência UNESCO. Conferencia Internacional sobre a educação de adultos (V: 1997: Hamburgo, Alemanha): Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro.

Esse evento foi importante, pois consolidou um movimento que se delineava desde a década de 1970 sobre ser, a falta de educação da população adulta, a principal responsável pela condição de miserabilidade social.

Este artigo tem como objetivo principal enfatizar a complexidade da reestruturação produtiva e mais especificamente sua relação ao acesso à escolarização de jovens e adultos, na expectativa de atender as necessidades do capital e a metodologia utilizada parte da perspectiva da submissão dos trabalhadores que inseridos na estrutura produtiva geram mudanças sociais dos jovens e adultos (Estado ampliado e disputa pela manutenção da hegemonia)²

A estrutura do artigo num primeiro momento trata da condição da educação como mediadora da

² Disputa entre a sociedade política (monopólio da força) e a sociedade civil (hegemonia ideológica) numa concepção gramsciana.

¹ Pós-Graduada Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Graduada em Licenciatura Geografia ambos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP). < mariol.sp@gmail.com >.

existência histórica dos seres humanos num cenário de mundialização do capital (CHESNAIS, 2002) que é gerador das circunstâncias que favorecem ou dificultam a inserção no mercado de trabalho, principalmente dos jovens e adultos com trajetória escolar descontínua e que só recentemente teve reconhecido seu direito ao acesso à educação escolar.

Paulo Freire (1987) nos anos 1950-60 reconhece essa particularidade e inova ao implantar uma nova proposta para a educação de jovens e adultos em parceria com movimentos sociais visando ultrapassar os modelos pontuais existentes para uma iniciativa mais dinâmica e inovadora de alfabetização.

O segundo momento deste artigo busca discutir as novas configurações atribuídas aos meios técnicos e gerenciais de controle (BERNARDO, 2009), que tornam o ser humano alheio a sua bagagem histórica e cultural (perda de saberes), comprometendo a sua autonomia e passa a valorizar o sucesso ao invés da trajetória educacional que é uma das estruturas básicas da sociedade por sistematizar e influenciar o modo como serão as condições culturais do cotidiano das pessoas (HARVEY, 2012).

O terceiro momento refere-se ao entendimento entre as relações da educação e a alocação de recursos promovendo mudanças no modo produtivo e readaptando o mundo do trabalho conhecido - divisão do trabalho, produção e reprodução da força de trabalho - com predomínio da lógica do mercado que transforma a educação num produto imaterial a ser consumido (LOMBARDI, 2009).

Por fim, esse estudo constatou que as políticas públicas educacionais recentes têm avançado na geração de oportunidades de escolarização para os jovens a partir da demanda da sociedade industrial, mas evidenciam também as contradições do Estado que produz as condições para nova dinâmica social e ignora as reais necessidades de participação dos trabalhadores; contudo dessa (des)organização tem ocorrido nascente interculturalidade - os jovens adultos trabalhadores tem mantido sua visão de mundo a partir dos conhecimentos de senso comum somado a experiência do mundo do trabalho e ao mesmo tempo incorporaram valores dos setores hegemônicos numa tentativa de apropriar-se dos benefícios da modernidade.

2 ESTRUTURAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E A METAMORFOSE DO CAPITALISMO

A ampliação da alfabetização ocorre a partir da demanda da sociedade industrial pela capacidade de entender orientações escritas para a realização de tarefas. Dessa perspectiva o analfabetismo, em linhas bem gerais, possui duas modalidades: o absoluto e o funcional. O primeiro tipo de analfabetismo refere-se as pessoas que não sabem ler e nem escrever, enquanto o tipo funcional destina-se ao estágio intermediário em relação ao domínio pleno da leitura e da escrita, definição obtida a partir da Conferência Geral de Nairobi:

uma pessoa funcionalmente analfabeta é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permite, também, continuar usando a leitura, a escrita e

o cálculo a serviço do seu próprio desenvolvimento de sua comunidade. (UNESCO, 1976, p.124)³

Essa distinção é importante num cenário de mundialização do capital porque gera circunstâncias que favorecem ou dificultam a inserção no mercado de trabalho dos jovens e adultos defasados em relação à escolarização institucional, isso porque o cenário de desenvolvimento econômico recente promove mudanças no ensino e aprendizagem. Sendo assim, se faz necessário apreender as relações entre os processos sociais, políticos e econômicos que auxiliam na acumulação rentista e simultaneamente na exclusão social.

Sobre exclusão social, Jesse Souza (2009) apresenta a conjectura sobre ser o economicismo² fator de distorção da percepção em relação a função da escola e com isso engendrar um "processo social opaco de produção de indivíduos "nascidos para o sucesso", de um lado, e dos indivíduos "nascidos para o fracasso" de outro". (SOUZA, 2009, p. 16-17).

De acordo com o Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2012 a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais no Brasil é 8,7%, totalizando 13,2 milhões de brasileiros⁴.

É importante ressaltar que quando o Brasil acentua seu processo de industrialização ocorre êxodo das áreas rurais para urbanas e estas pessoas têm cultura incompatível com o novo projeto brasileiro, daí a educação ser elevada a condição de política pública. Tanto é assim que a partir da Constituição de 1934 passa a ser obrigatório o ensino gratuito que contemple os jovens e adultos trabalhadores com a abertura de escola noturna; todavia sua implementação teve caráter assistencialista e pouco expressiva.

Sendo assim, o objetivo da educação escolar desse período é centrado na alfabetização e adequação aos hábitos e costumes do meio urbano, o que implicava em controle do corpo através da disciplina, do silêncio como didática e a aprendizagem pautada na memorização, além do saber estar concentrado na figura do professor.

Só em fins da década de 1950 e início de 1960 que Paulo Freire implanta programa de educação inovadora para jovens e adultos trabalhadores ao valorizar suas histórias e realidades como princípio educador em oposição aos métodos tradicionais, e com isso nascem os movimentos sociais questionadores das práticas capitalistas e norteados pelo princípio de gestão

3 No original: En lo tocante a las personas o a los grupos que no han superado el analfabetismo, así como a las personas o a los grupos que, por su débil nivel de recursos, de educación o de participación en la vida colectiva, tropiezan con dificultades de adaptación social, las actividades de educación de adultos deberían ir encaminadas no sólo a ayudarles a adquirir conocimientos básicos (lectura, escritura, cálculo, iniciación a la comprensión de los fenómenos naturales y sociales) sino también a facilitar su acceso a un trabajo colectivo, a estimular su comprensión y su dominio de los problemas de higiene, salud, economía doméstica y educación de los niños, y a desarrollar su autonomía y su participación en la vida colectiva

4 Sérgio da Silva Leite, diretor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e líder do Grupo de Pesquisa ALLE - Alfabetização, Leitura e Silvia Colello da USP e Escrita defendem a utilização do termo letramento para diferenciar o conceito de alfabetização utilizado pelo IBGE que não abarca práticas sociais de leitura e escrita já que não é mais aceito que se saia apenas desenhar o próprio nome.

democrática, buscando contemplar a diversidade dos sujeitos da EJA.

Três décadas depois, Paulo Freire uma vez assentado na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-19910), e reitera sua proposta educacional democrática para a educação de jovens e adultos realizando parceria com movimentos sociais com a pretensão de ultrapassar os modelos educacionais pontuais.

Nascia assim o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) ação pedagógica que se desenvolve com base na leitura do mundo a partir de situações significativas para os educandos, também conhecidos como temas geradores que orientaram os conteúdos a serem trabalhados, reiterando a proposta freireana da década de 1960, do ponto de vista das relações de trabalho.

A situação brasileira na formação profissional, a partir da década de 1970, se traduz no treinamento para a produção em série e padronizada. O resultado desse tipo de formação foi a ocupação das vagas disponíveis por trabalhadores semiquilificados, desempenhando tarefas rotineiras, ficando a cargo, quase sempre, aos níveis hierárquicos superiores as tomadas de decisões gerenciais e sem a participação daqueles que executariam as tarefas e, portanto, não sendo problema a baixa escolaridade do trabalhador, nesse cenário está submetido um grande contingente de trabalhadores à disposição para a terceirização, posto, que não se asseguram, pelas leis trabalhistas, a durabilidade do emprego (ANTUNES, 2000).

Essa fase, a partir de 1983, se identifica com o início do período de reestruturação produtiva numa economia capitalista no qual as novas relações sociais foram impostas pelo capital para garantir o controle sobre o tempo e o movimento do corpo físico do trabalhador e de suas lutas sociais, ou seja, passou a ser a construção e o controle de um tipo de indivíduo e de trabalhador que não precisa ter conhecimento, pois seu objetivo é produzir no menor tempo possível e para isso é poupado do tempo e energia dispendido na tomada de decisões (HARVEY, 2012).

O que caracteriza as políticas públicas neoliberais e sua relação com desemprego estrutural, no qual os saberes são facilmente descartados por conta do avanço tecnológico. Evidenciando que nesse processo o que está em prevalência é a capacitação técnica pelo trabalhador.

Nesse sentido, a disciplina da fábrica desenvolve através da técnica (gerenciamento dos atos dos trabalhadores) indivíduos mais propensos a evitar protesto e desordem e ainda “afetaram as ações e práticas de greve, que tiveram sua eficácia em alguma medida reduzida em decorrência da fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores” (ANTUNES, 2000, p. 72)

Assim, no final do século XX ocorre uma ruptura histórica do processo emancipatório das classes subalternas e de organização dos movimentos sociais sustentados pela solidariedade. Os representantes dessas classes/movimentos são empurrados para cursos profissionalizantes dentro ou fora da estrutura escolar institucional, marcando o aligeiramento e a massificação dos conteúdos e por consequência, dos objetivos da escolarização.

Ainda durante a década de 1980, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) definiu a política de ajustes econômicos e financiamentos para projetos sociais como medida compensatória para “proteger os pobres” contra as contenções de despesas públicas na área social.

Já nos anos de 1990 a economia brasileira passa por mudanças estruturais, decorrência do cenário internacional. Novos desafios são gerados pela economia e cultura globalizadas, fazendo com que a maioria dos trabalhos e ocupações se fragilize, ocupando os jovens e adultos e mulheres com baixos níveis de escolaridade (MATTOS, 2009).

Os saldos negativos, mais evidentes, do novo modelo são: precarização das relações de trabalho (maior ameaça do desemprego) e quebra dos compromissos de reajustes periódicos dos salários, desemprego dos jovens e o mais importante: o distanciamento crescente entre a evolução dos salários reais em relação à produtividade.

A realidade dos anos 1990 prioriza atenção e recursos na escolarização elementar de crianças e adolescentes, o que coloca a educação de pessoas jovens e adultas em uma posição marginal no discurso pedagógico, na agenda das políticas públicas e nos movimentos sociais que passam a ser substituídos por iniciativas controladas e centralizadas pelo governo federal (HADDAD, 2000)

Nesse mesmo período ocorre a V CONFITEA (1997) promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e é voltada para a educação de jovens e adultos, tendo como tema “Aprendizagem de adultos, uma chave para o século XXI”. Sua meta é a aprendizagem para todos ao longo da vida, reafirmando a Declaração Mundial de Educação para Todos e Todas de 1990 apresentada em Jomtien, na Tailândia.

Segundo Di Pierro (2008, p.61) nesse cenário “cresce interesse do capital na escolarização dos trabalhadores jovens e adultos a partir de uma perspectiva própria no que se refere à oferta, organização e referenciais curriculares”. Os organismos internacionais, principalmente os financeiros, contribuem na perspectiva do acesso a empréstimos para programas de melhoria da educação básica, proporcionando a ampliação e diversificação da oferta de cursos nos níveis básico, técnico e tecnológico mediante algumas contrapartidas, tais como a construção de currículos que atendam os avanços tecnológicos do mundo do trabalho, ordenamento do currículo sob a forma de módulos e certificação de competências adquiridas dentro ou fora dos muros da escola.

A atual fase do capitalismo pós-industrial (re) organiza a economia a partir da valorização do conhecimento e da inovação necessitando de novos postos de trabalho que exigem novas habilidades dos trabalhadores. Nesse cenário os jovens adultos trabalhadores sem escolaridade buscam se adequam e são inseridos de maneira marginal.

De tal modo, já não é mais conveniente a repetição de tarefas no ambiente laboral; portanto, uma nova rotina ou uma nova ordem é necessária para ampliar a variedade de produtos. Para tanto, são necessárias

novas habilidades dos trabalhadores, como tentativa de recuperação das bases do processo de acumulação capitalista abaladas pela crise ou metamorfose do padrão taylorista/fordista (excedente de produção gerando grandes estoques).

Essas alterações, segundo Bauman (1999) é sinal de uma civilização em atividade, isto porque a aquisição de novas habilidades se reflete na construção do significado do cotidiano e com isso transforma a sociedade e nesse sentido temos coexistindo, a partir da exigência laboral: variedade de tarefas (surgimento constante de novos trabalhos), aprendizagem e busca da autonomia e reconhecimento (terceirização/precarização).

3 A INFLUENCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO

Os anos de 1960 começam em crise: a dívida externa encontra-se em alta, houve queda na produção interna, baixa real dos salários, desemprego e inflação, a opção para suplantarmos esse cenário é o modelo econômico desenvolvimentista que valoriza a experiência e também se caracteriza pelo fortalecimento dos movimentos de esquerda, tanto no plano político, quanto no ideológico, contrapondo-se a ditadura civil militar que se instala no país.

A adoção do modelo desenvolvimentista implicava em seguir orientações de organismos internacionais de assistência técnica e financeira, como aqueles ligados à ONU ou Fundo Monetário Internacional (FMI), BIRD e Banco Mundial, numa perspectiva assistencial-compensatória.

Inicialmente a missão do Banco Mundial era a incorporação dos países do Terceiro Mundo ao bloco não comunista do período da Guerra Fria, por meio da criação de programas de assistência econômica, agrícola e social, projetos de infraestrutura e de empréstimos voltados às políticas de industrialização como forma de crescimento econômico e redução da pobreza (AÇÃO EDUCATIVA, 2005).

No final da década de 1960, o Banco Mundial já havia incluído o setor social nos seus créditos, mais como estratégia política do que por justiça social. Na gestão 1968-1980 o presidente do banco no período enfatiza: "a justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político" (McNAMARA *apud* FONSECA, 1972; FONSECA, 1998) vinculando assim pobreza material com déficit educacional.

No âmbito de um currículo oficial a escola é necessária para a transmissão de cultura selecionando saberes que atenda a um pequeno grupo (elite) que se apropria dos setores estratégicos da sociedade. Nesse sentido, a escola selecionando os conteúdos que farão parte do currículo escolar, ficando em segundo plano as reais necessidades de conhecimento que farão a diferença na formação do cidadão.

Assim a educação é o capital cultural do indivíduo, mas por conta da sua relação direta com a produção material da subsistência este assume caráter político ou mesmo ideológico. Com a industrialização, a educação assume um caráter de escolarização voltada para a formação da mão de obra para o mercado e com isso temos a sedimentação e a hierarquização

do conhecimento, alterada, apenas, pelo avanço das relações produtivas.

Em 2009 Sanson percebe que "o trabalho na sociedade industrial foi elevado a condição de centro organizador da vida individual e coletiva" graças a base filosófica do liberalismo que prepara os alicerces para o industrialismo, fragmentando o processo de fabricação e promovendo a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem incentivando seus países membros a passarem a responsabilidade da educação da população para a iniciativa privada. Essa opção é influenciada pelo assessoramento de organismos internacionais de cooperação liderados pelo Banco Mundial, concedendo empréstimos para programas de melhoria da educação básica, daí surgindo a variedade de modelos educacionais, inclusive para jovens e adultos que historicamente ficam a margem dos projetos educacionais institucionais (UNESCO, 1999)

No entanto, na sua maioria, a expansão da educação básica pública no meio urbano vem produzindo modelos pedagógicos excludente, proporcionando trajetória educativas descontinua entre jovens e adultos trabalhadores, consolidando dois fatores evidentes: a constituição histórica da escola que desconsidera a realidade instável dos jovens adultos trabalhadores sujeitos a trabalhos precários, informais, temporários e privilegia o conhecimento fragmentado.

Sendo assim, o entendimento sobre as relações entre a educação e a estrutura econômica, o processo de produção, as transformações tecnológicas, o processo de divisão do trabalho, bem como a produção e reprodução da força de trabalho, constitui-se como essencial para a correta compreensão da educação e da função que tem recebido como um tempo/espço de controle para responder às demandas do capital.

Nesse contexto, a reforma da educação e a quantidade de vagas na rede pública para estudantes jovens e adultos trabalhadores, são determinantes que servem para atender as demandas neoliberais.

Portanto, Segundo Di Pierro (2008) a realidade educacional brasileira, a partir de meados dos anos 1990⁵, é pautada por esses novos desafios da economia e cultura globalizadas, priorizando atenção e recursos para a escolarização elementar das crianças e adolescentes, o que coloca a educação de pessoas jovens e adultas em uma posição mais marginal na agenda das políticas públicas.

Pela tecnologia estar em alta, os modelos de gestão voltados para as pessoas é o motivo pelo qual o capital intelectual tem sido valorizado como um ativo importante por promover a inovação e o conhecimento (ciência e tecnologia) que segundo o argumento econômico é um indicador de desenvolvimento⁶.

O Brasil necessita de modelo de educação que atende à demanda dos jovens e adultos trabalhadores e que vá além da alfabetização funcional numa tentativa de dar um salto qualitativo na sua formação. Nesse sentido, observa-se o aumento progressivo de ofertas variadas

5 Desregulamentação, descentralização produtiva e precarização do trabalho.

6 Qualidade de ensino passa a ser item relevante.

de educação e abertura de oportunidades de formação ao longo da vida (SILVA, 2011).

Tanto é assim, que a VI CONFINTEA, ocorrida no Brasil em 2009 no Estado de Belém, trata da aprendizagem e da educação não formal de jovens e adultos, enfatizando o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais agendas internacionais de desenvolvimento.

O texto da Conferência trata da aprendizagem e da educação não formal para atender o perfil educacional descontínuo dos jovens e adultos decorrentes da dificuldade de acessibilidade e permanência na instituição escolar.

Alguns estudiosos como Langer (2009) percebem as mudanças nos vários setores da sociedade envolvida no mundo do trabalho assim como em vários setores da sociedade: meios acadêmicos e científicos, empresariais, sindicais, políticos entre alguns. Relaciona-se também a flexibilidade da forma de organização do trabalho, com multiplicação e polivalências de funções na atuação dos trabalhadores, gerando a mobilidade funcional e geográfica dos trabalhadores para atender as necessidades da empresa, causando dessa maneira, a precarização.

Trata-se do cenário de flexibilização interna das relações de trabalho na busca de redução de custos. Mas há também flexibilização externa impulsionadas por mudanças na legislação promovidas pelos governos ao trabalhador a reponsabilidade da sua própria formação.

Essas mudanças denotam que a concepção de trabalho e desemprego não são as mesmas para todos os jovens e em todas as fases do capitalismo. Aqueles jovens oriundos das camadas sociais mais abastadas estão em condições mais favoráveis para encarar esses projetando desafios, enquanto os jovens e adultos trabalhadores evidenciam as contradições da atual sociedade sob a perspectiva de que na faixa etária dos 18 anos está marca o momento em que a escola perde importância diante do trabalho (LANGER, 2009). Essa opção pelo trabalho marca a trajetória de exclusão desses jovens da escolarização e a busca pela sua sobrevivência através da venda da força de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A escolarização de jovens e adultos é uma demanda histórica no Brasil, mas os múltiplos projetos públicos, ao longo de décadas, tratam a EJA como ação compensatória, ou apenas aligeiramento da educação.

A demanda por educação por parte das classes subalternas corresponde à necessidade por escolarização frente ao contexto econômico, a que está submetida. Assim, as oportunidades que surgem não têm modificado a hierarquia social pré-existente, servindo para à manutenção do *status quo*. Apesar da expansão da escolarização ser um avanço democrático, esta vem acompanhada da precariedade em não ressignificar o processo de aprendizagem e por não desestigmatizar o fracasso escolar.

Numa "concepção freireana" uma vez inculcado nos jovens e adultos o reconhecimento dos mecanismos perversos das relações de poder e de dominação; eles próprios podem passar a desenvolver suas estratégias de resistência e emancipação do modelo hegemônico

educacional/laboral porque os jovens adultos trabalhadores inseridos ou não no mercado, sabem e fazem muitas coisas que podem ser ressignificadas no plano da desobediência à ordem capitalista vigente.

Já foi assinalado por Paulo Freire e mais recentemente pela corrente do multiculturalismo que a formação científica e a clareza política são elementos fundamentais para superar os desvios tais como fazer pré-julgamento sobre os jovens adultos trabalhadores⁷

No projeto capitalista atual, a construção da identidade do indivíduo passou a ser um projeto para atender a demanda do capital que necessita da formação continuada e profissionalizante, de caráter tecnicista para o público da EJA, mas desconsiderando a diversidade de experiências vividas e de realidades, ou seja, é a educação compulsória, mas que desconsidera a heterogeneidade dos indivíduos. Trata-se do que Milton Santos economia de "meio técnico-científico-informacional".

Para Milton Santos (2008) esse contexto tecnicista de transformações/modernizações ocorre verticalmente para propiciar maior dinamismo econômico alheio ao local e ao nacional (hegemonia), sendo que para o segmento mais fragilizado da sociedade a ocupação laboral não é fixa e o trabalhador está sempre em movimento (horizontalidade) na busca de amenizar a precariedade do seu cotidiano (flexibilização tropical).

Sendo assim, sempre é bom enfatizar que a educação não tem poder de determinar as relações sociais, mas por ela é determinada. Numa visão progressista a educação é exigida para o processo de trabalho, isso porque ela própria é também um processo de trabalho.

Nesse contexto surgem trabalhadores informais que naturalizam a exploração laboral na busca de sincronizar seus interesses individuais com os interesses do mercado de trabalho. A busca da superação desse contexto são necessárias novas dinâmicas progressistas que permitam repensar e reorganizar a vida cotidiana dos futuros trabalhadores, buscando a desconstrução do complexo processo que encobre o problema presente nas políticas educacionais e nos critérios utilizados na seleção de conteúdos escolares voltados para a EJA.

REFERÊNCIA

AÇÃO EDUCATIVA. **Banco Mundial em Foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a Iniciativa Via Rápida na América Latina.** São Paulo: Ação Educativa, julho 2005.

ANTUNES, Ricardo, **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

7 Discursos culturais e pedagógicos ratificam a ideia de certa superioridade de alguns grupos sociais sobre outros: os que têm sucesso *versus* os que não têm, *por ser diferente das classes dominantes é ser inferior*, postura esta derivada da própria perspectiva colonizadora eurocêntrica que descarta e desvaloriza a cultura popular engendrando a cultura do silenciamento.

BERNARDO, M. H. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores.** São Paulo: Expressão popular, 2009, p.111-133.

CHESNAIS, François. A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado: Conteúdo, Alcance e Interrogações. **Revista Economia e Sociedade.** Campinas, v.11, n.1 (18), p.1-44, jan./jun., 2002. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/01Chesnais%20financeiriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2014.

DIPIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos na América Latina e caribe: Trajetória recente. In: **Caderno de Pesquisa**, v.38, n. 134, p.367-391, maio, agosto, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0638134.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

HADDAD, Sérgio. **O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998.** Ação Educativa, 2000. Disponível em: <http://prejal.oit.org.pe/prejal/docs/bib/200711170005_4_2_0.pdf>. Acesso em: 08 out. 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**, Edições Loyola Jesuítas, São Paulo: 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores**, IBGE, Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65857.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2014.

LANGER, André. **Mutações no mundo do trabalho. A concepção de trabalho de jovens pobres.** 2009. 151 f. Tese (Doutorado em sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24969/TeseAndre.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 out. 2013.

LOMBARDI, José Claudinei (org), **Globalização, pós-modernidade: história, filosofia e temas transversais**, Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC/UnC, 2009.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **Flexibilização do trabalho: sintomas de crise**, São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

POCHMANN, Marcio, **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n.87, p.383-399, maio/agosto. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27 out. 2013.

SANSON, Cesar, **Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial**, 2009. 163 f. Tese (Doutorado em sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24122/VERSAO_FINAL_BANCA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 nov. 2013.

SILVA, Graziela Lucchesi Rosa da **Educação de Jovens e Adultos e Psicologia Histórico-cultural: a centralidade do trabalho na aprendizagem e no desenvolvimento de trabalhadores precariamente escolarizados**, 2011. Tese doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://www.nupemarx.ufpr.br/Trabalhos/Teses/tese_graziela_lucchesi_rosa_da_silva.pdf>. Acesso em: 09/11/13.

SOUZA, Jesse, **A ralé brasileira: quem é e como vive**, Belo Horizonte: UFMG, 2009. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_rale_brasileira.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2014.

UNESCO. **Actas de la Conferencia General 19. a reunión.** Volumen 1 Resoluciones. Nairobi: 1976. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114038s.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

_____. Conferência Internacional sobre a educação de adultos (V: 1997:Hamburgo,Alemanha): **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro.** Brasília: SESI/UNESCO, 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2014.

VENTURA, Jaqueline P, O PLANFOR a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: a subalternidade retardada, 2001. **Tese (Mestrado) - Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, em 2001.** Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2013.